

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas  
CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55 - NIRE 35.300.368.657

## Demonstrações Financeiras 2023

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

**Senhores Acionistas:** A Administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. ("Ecopistas" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submette à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Mensagem da Administração:** Sempre atenta às necessidades operacionais e a segurança viária, a Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, concessionária que administra o conjunto de pistas de rolamento do corredor rodoviário Ayrton Senna e Carvalho Pinto, atua com foco na qualidade e na eficiência dos serviços prestados, fruto de um planejamento estratégico, preciso e rigoroso desenvolvido pelo grupo EcoRodovias. Ao longo de mais de dez anos de administração, a concessionária alcançou resultados expressivos com a implementação de uma série de melhorias no corredor rodoviário. Dentre elas, destacaram-se a construção da sexta faixa de rolamento da rodovia Ayrton Senna, no sentido interior, entre o km 11 e o km 19, concluída em 2015. A nova configuração proporcionou o aumento da capacidade de tráfego e garantiu mais fluidez e conforto aos motoristas que têm como destino, principalmente, o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Destacam-se também, com objetivo de proporcionar maior mobilidade e acesso ao litoral paulista, a implantação do prolongamento da rodovia Carvalho Pinto, que permitiu acesso direto para a rodovia Oswaldo Cruz (SP-125). Ainda, como referência no setor de rodovias, o corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto foi eleito, em 2019 e 3º melhor do país, de acordo com a pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) sobre Rodovias. Acompanhada dessas conquistas, a Ecopistas agradece a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros. **PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. **RESULTADOS OPERACIONAIS:** O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 94.283 mil em 2023, aumento de 8,5% em relação a 2022. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 9,1% devido às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados. O tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 7,0% em função do incremento da atividade de serviços e produção industrial. **RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS:** **RECEITA BRUTA:** A receita bruta totalizou R\$534,7 milhões em 2023, aumento de 11,5% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio. As despesas sobre a receita bruta somaram R\$41,7 milhões, 22,2% superior a 2022. **Receita de Pedágio:** R\$455,0 milhões em 2023, aumento de 20,2% devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio. **Receita Acessória:** R\$52,5 milhões em 2023, aumento de 78,2% em função do incremento das receitas com arrendamento de áreas e fibra ótica, e a contabilização do acordo judicial realizado no período (R\$9,4 milhões). **Receita de Construção:** R\$54,2 milhões em 2023, redução de 37,5% devido a menor volume de obras no período. Para mais informações sobre a receita bruta, vide Nota Explicativa nº 22 da Demonstração Financeira da Companhia. **RECEITA LÍQUIDA:** A receita líquida atingiu R\$493,0 milhões em 2023. Excluindo a receita de construção, a receita líquida ajustada totalizou R\$438,8 milhões, aumento de 22,3% em relação a 2022. **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$246,0 milhões em 2023, redução de 6,1% em relação a 2022. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$129,1 milhões, aumento de 12,3%. As principais variações foram: **Pessoal:** R\$28,2 milhões em 2023, aumento de 3,7% devido, principalmente, ao reajuste salarial, conforme acúmulo coletivo de trabalho. **Conservação e Manutenção:** R\$13,1 milhões em 2023, aumento de 27,7% devido, principalmente, ao incremento em serviços de limpeza manual. **Serviços de terceiros:** R\$62,7 milhões em 2023, aumento de 7,3% devido, principalmente, aos serviços de consultoria administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$9,8 milhões em 2023, aumento de 24,5%, devido, principalmente, ao incremento da outorga variável, em função do crescimento da receita de pedágio. **Outros:** R\$16,1 milhões em 2023, aumento de 34,2% devido principalmente ao incremento da provisão de contingências civis. **Depreciação e Amortização:** R\$53,9 milhões em 2023, aumento de 20,0% devido à atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis e maior base de ativos. **Provisão para manutenção:** R\$8,8 milhões em 2023, redução de R\$6,5 milhões devido ao ajuste no cronograma de obras em 2023. **Custo de construção de obras:** R\$54,2 milhões em 2023, redução de 37,5% em função do menor volume de obras do período. Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 23 da Demonstração Financeira da Companhia. **EBITDA E MARGEM EBITDA:** Em 2023, o EBITDA totalizou R\$300,9 milhões. O EBITDA ajustado, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$309,7 milhões, aumento 27,0% em relação a 2022 e margem EBITDA Ajustada de 70,6%. **RESULTADO FINANCEIRO:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$104,4 milhões, aumento de 47,5% em relação ao ano anterior, impactado principalmente pelo aumento das despesas sobre depósitos decorrentes da nova emissão no período. Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 24 da Demonstração Financeira. **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:** Em 2023, a Ecopistas apresentou lucro líquido de R\$106,6 milhões, aumento de 32,1% em relação ao resultado de 2022. **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO:** A Ecopistas encerrou o exercício de 2023 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e conta reserva de curto prazo no valor de R\$95,5 milhões e dívida bruta, composta por depósitos, no valor de R\$1.184,1 milhões, sendo 96,9% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente encerrou o exercício em R\$1.088,6 milhões com o indicador de Divida Líquida/EBITDA Ajustado em 3,5x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14 e 15 da Demonstração Financeira da Companhia. **INVESTIMENTOS:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$87,8 milhões em 2023. Os principais investimentos realizados foram em obras contratuais. **GOVERNANZA CORPORATIVA:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site [www.ecorodovias.com.br/](http://www.ecorodovias.com.br/). **RELAÇÃO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES:** Informações que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços no exercício de 2023: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBR TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2023 totalizaram R\$119,3 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** A Diretoria da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., declarou, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, data da 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social fundo em 31 de dezembro de 2023.

Itaquaquecetuba - SP, 13 de março de 2024.

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Nota explicativa                              | 31/12/2023   | 31/12/2022 | Nota explicativa   | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|--------------|------------|--|------------|------------|
| <b>ATIVO</b>                                  |              |            | <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                        |            |            |
| <b>CIRCULANTE</b>                             |              |            | <b>CIRCULANTE</b>  |            |            |
| Caixa e equivalentes de caixa.....            | 5 48.820     | 30.121     | Fornecedores.....  | 12.451     | 21.358     |
| Aplicações financeiras.....                   | 6 11.791     | 1.208      | Fornecedores - risco sacado.....                           | 29         | 800        |
| Aplicações financeiras - conta reserva.....   | 7 34.876     | 27.132     | Empréstimos e financiamentos.....                          | 13         | 11.676     |
| Clientes.....                                 | 8 43.054     | 25.483     | Debêntures.....  | 14         | 36.737     |
| Títulos e papéis.....                         | 1.244        | 1.557      | Impostos, taxas e contribuições a recolher.....            | 15         | 3.560      |
| Despesas antecipadas.....                     | 720          | 2.054      | Obrigações sociais e trabalhistas.....                     | 6.415      | 5.428      |
| Partes relacionadas.....                      | 16 3.793     | 1.150      | Obrigações com poder concedente.....                       | 19         | 862        |
| Outros créditos.....                          |              |            | Partes relacionadas.....                                   | 16         | 4.707      |
| Total do ativo circulante.....                | 144.317      | 88.706     | Provisão para imposto de renda e contribuição social.....  | 12.c)      | 2.101      |
|   |              |            | Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.....    | 21.d)      | 4.568      |
|   |              |            | Provisão para manutenção.....                              | 17         | 12.410     |
|   |              |            | Provisão para construção de obras.....                     | 18         | 6.221      |
|   |              |            | Outras contas a pagar.....                                 | 2.830      | 1.528      |
|   |              |            | Total do passivo circulante.....                           | 89.942     | 122.403    |
|   |              |            |  |            |            |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                         |              |            | <b>NAO CIRCULANTE</b>                                      |            |            |
| Depósitos judiciais.....                      | 9 37.143     | 33.150     | Empreendimentos e financiamentos.....                      | 13         | 8.795      |
| Imobilizado.....                              | 10 17.081    | 16.201     | Passivo de arrendamento.....                               | 14         | 1.147.331  |
| Intangível.....                               | 11 1.542.155 | 1.528.114  | Partes relacionadas.....                                   | 15         | 1.652      |
| Total do ativo não circulante.....            | 1.596.379    | 1.577.465  | Tributos diferidos.....                                    | 16         | 182.475    |
|   |              |            | Provisão para perdas civis e trabalhistas.....             | 12.a)      | 10.682     |
|   |              |            | Provisão para manutenção.....                              | 17         | 21.064     |
|   |              |            | Provisão para construção de obras.....                     | 18         | 6.216      |
|   |              |            | Outras contas a pagar.....                                 | 9.044      | 7.486      |
|   |              |            | Total do passivo não circulante.....                       | 1.223.309  | 664.675    |
|   |              |            |  |            |            |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                     |              |            | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                                  |            |            |
| Capital social.....                           |              |            | Capital social.....  | 21.a)      | 287.665    |
| Reserva de lucros - legal.....                |              |            | Reserva de lucros - legal.....                             | 21.b)      | 24.703     |
| Reserva de lucros - orçamento de capital..... |              |            | Reserva de capital - plano de opção com base em ações..... | 21.c)      | 114.591    |
| Total do patrimônio líquido.....              | 1.740.596    | 1.666.171  | Total do passivo e patrimônio líquido.....                 | 1.740.596  | 1.666.171  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022  
(Em milhares de reais - R\$)

| Nota explicativa   | Capital social | Reserva de capital com base em ações | Reservas de lucros | Orçamento de capital | Lucros acumulados | Total     |
|--|----------------|--------------------------------------|--------------------|----------------------|-------------------|-----------|
| <b>EM 1º DE JANEIRO DE 2022.</b>                         |                |                                      |                    |                      |                   |           |
| Dividendos pagos.....                                    | 687.665        | 486                                  | 15.338             | 143.763              | 847.252           |           |
| Lucro Líquido do período.....                            |                |                                      |                    |                      | (29.697)          |           |
| Destinação do lucro.....                                 |                |                                      |                    |                      | 80.705            |           |
| Reserva legal.....                                       | 21.d)          | -                                    | -                  | -                    | -                 | 80.705    |
| Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,004 por ação)..... | 21.d)          | -                                    | -                  | -                    | (2.695)           | (2.695)   |
| Juros sobre capital próprio (R\$0,02 por ação).....      | 21.d)          | -                                    | -                  | -                    | (16.472)          | (16.472)  |
| Constituição de reserva - orçamento de capital.....      | 21.d)          | -                                    | -                  | -                    | (57.503)          | (57.503)  |
| <b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.</b>                        |                |                                      |                    |                      | 879.093           |           |
| <b>EM 1º DE JANEIRO DE 2023.</b>                         |                |                                      |                    |                      |                   |           |
| Redução de capital.....                                  | (400.000)      | -                                    | -                  | -                    | -                 | (400.000) |
| Dividendos pagos.....                                    | 21.c)          | -                                    | -                  | -                    | (123.105)         | (123.105) |
| Lucro Líquido do período.....                            |                |                                      |                    |                      | -                 | 106.606   |
| Destinação do lucro.....                                 |                |                                      |                    |                      | 106.606           |           |
| Reserva legal.....                                       | 21.d)          | -                                    | -                  | -                    | (5.330)           | (5.330)   |
| Dividendos intermediários pagos.....                     | 21.d)          | -                                    | -                  | -                    | (1.374)           | (1.374)   |
| Juros sobre capital próprio (R\$0,12 por ação).....      | 21.d)          | -                                    | -                  | -                    | (33.775)          | (33.775)  |
| Constituição de reserva - orçamento de capital.....      | 21.d)          | -                                    | -                  | -                    | 66.127            | (66.127)  |
| <b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.</b>                        |                |                                      |                    |                      | 114.591           |           |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 27 de abril de 2009, e tem por objeto social realizar, sob regime de concessão, a exploração, mediante a percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do Contr

...continuação

## CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS - CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55 - NIRE 35.300.368.657

a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IASB 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciado", a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início o fim do período de reporte; (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs; (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento; (iii) Intervenções de data de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e conta a pagar consideradas que não fazem parte de referidos acordos SFAs; (c) Alterações que não foram o resultado de cambios de valores contábeis de passivos financeiros em (i); (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB fornece isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos após a data de adoção do IASB. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. (i) Lucro básico é dividido por ação. O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação dividido é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. (j) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios não-empregado sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. (k) Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (l) Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação formalizada (contractive obligation).

## 4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulares e não circulares; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas sob o uso de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas civis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Impairment: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas (impairment), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11.e). Contabilização dos Contratos de Concessão: Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas da contração de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O efeito é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção:

...continuação

## CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS - CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55 - NIRE 35.300.368.657

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

| Objeto                          | Companhia   | Natureza                   | Contrato (se aplicável) |            |        | Montantes envolvidos |             |             | Outras Informações |        |         | Posição contratual |
|---------------------------------|---|----------------------------|-------------------------|------------|--------|----------------------|-------------|-------------|--------------------|--------|---------|--------------------|
|                                 |   |                            | Data inicio             | Data final | Total  | A ativo              | Saldo Ativo | Passivo     | Vencimento         | Custo  | Despesa |                    |
| a)                              | Ecorodovias Concessões e Serviços   | Controladora               | 01/01/2023              | 31/03/2024 | 48.387 | 128                  | -           | 4.024       | Até 45 dias        | 31.140 | 16.042  | 1.078              |
| b)                              | CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora Betume Ltda. | Outras partes relacionadas | 10/12/2020              | 30/03/2024 | 61.759 | 8.963                | -           | 621         | Até 45 dias        | -      | 7.848   | N/A                |
| c)                              | Ecorodovias Concessões e Serviços   | Controladora               | 08/10/2010              | 31/03/2025 | -      | -                    | -           | 31/03/2025  | -                  | 7.110  | N/A     | N/A                |
| d)                              | Sinec S.p.A.  | Outras partes relacionadas | 28/09/2021              | 28/02/2023 | 4.079  | -                    | -           | -           | -                  | -      | -       | N/A                |
| e)                              | Ecorodovias Concessões e Serviços   | Controladora               | -                       | -          | -      | -                    | 1           | 50          | Até 45 dias        | -      | -       | N/A                |
| f)                              | Conc. Ecovias do Araguaia   | Outras partes relacionadas | -                       | -          | -      | 8                    | -           | Até 45 dias | -                  | -      | -       | -                  |
| f)                              | Conc. Ecovias dos Imigrantes  | Outras partes relacionadas | -                       | -          | -      | -                    | 12          | Até 45 dias | -                  | -      | -       | -                  |
| Total em 31 de dezembro de 2023 |   |                            |                         |            |        | 9                    | 4.707       |             | 31.140             | 23.152 | 8.926   |                    |
| Total em 31 de dezembro de 2023 |   |                            |                         |            |        | 189.886              |             | 28.970      | 37.133             | 29.226 |         |                    |

a) Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. b) Fornecimento e transporte de material asfáltico. c) Mútuo Ecopistas x ECS. Taxa 100% do CDI + 1,20% a.a. Em 11 de abril de 2023, a Companhia realizou a quitação antecipada do referido mutuo. d) Prestação de serviços referentes as atividades de investigação e desenvolvimento para conceber, implementar e monitorar site para teste de conceito (POC) de sistemas Multilane Freeflow Tolling (MLFT). e) Transferência de custos referente a diretoria. f) Repasse de despesas entre as unidades. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento e pela direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensiones, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em 18 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária definiu a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em R\$400. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2024, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a reificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$454, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

|  | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------|------------|
| Remuneração (fixa/variável).....   | 287        | 1.189      |
| Remun. com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock).....  | 58         | 17         |
| Seguro de vida.....  | 1          | 3          |
| Assistência saúde.....   | 18         | 79         |
| Previdência privada.....   | 15         | 61         |
| FGTS.....  | 17         | 57         |
| INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)..... | 58         | 214        |
|  | 454        | 1.620      |

## 17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 9,62% ao ano (9,50% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trocho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

|   | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|------------|------------|
| Adição (custo)                              |            |            |
| Constituição da provisão para manutenção    | 188.260    | 11.793     |
| Efeito do valor presente sobre constituição | (46.433)   | (3.032)    |
| Realização da manutenção.....               | (140.033)  | (21.278)   |
| Ajuste a valor presente - realizações.....  | 40.300     | -          |
|   | 42.094     | 8.761      |
| Circulante.....                             | 19.328     | 12.410     |
| Não circulante.....                         | 22.766     | 21.064     |

## 18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,50% a.a., correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (COPC-05) dos itens 31 a 33 que trata os serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

|   | 31/12/2021 | Adição (custo) | Pagamento | Efeito financeiro | 31/12/2022 |
|---|------------|----------------|-----------|-------------------|------------|
| Constituição da provisão para manutenção    | 169.474    | 18.786         | -         | -                 | 188.260    |
| Efeito do valor presente sobre constituição | (42.917)   | (3.516)        | -         | -                 | (46.433)   |
| Realização da manutenção.....               | (114.650)  | -              | (25.383)  | -                 | (161.311)  |
| Ajuste a valor presente - realizações.....  | 35.828     | -              | -         | 4.472             | 40.300     |
|   | 47.735     | 15.270         | (25.383)  | 4.472             | 42.094     |
| Circulante.....                             | 22.326     | -              | -         | -                 | 19.328     |
| Não circulante.....                         | 25.409     | -              | -         | -                 | 22.766     |

## 19. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

|  | 31/12/2021 | Adição (efeto intangível) | Pagamento | 31/12/2022 |
|--|------------|---------------------------|-----------|------------|
| Constituição da provisão para construção de obras..... | 9.376      | -                         | -         | 9.376      |
| Efeito do valor presente sobre a constituição.....     | (3.970)    | -                         | -         | (3.970)    |
| Realização da construção.....                          | (6.927)    | -                         | (5)       | (6.932)    |
| Ajuste a valor presente - realizações.....             | 3.971      | -                         | -         | 3.971      |
| Atualização monetária.....                             | 3.771      | -                         | -         | 3.771      |
|  | 6.221      | -                         | (5)       | 6.216      |
| Circulante.....  | 6.221      | -                         | -         | 6.216      |

## 20. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

|   | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|------------|------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2023.....         | 19.545     | 1.380      |
| (+) Complemento (reversão) de provisão..... | 11.412     | 257        |
| (-) Pagamentos.....                         | (6.347)    | (265)      |
| (+) Atualização monetária.....              | 1.237      | 101        |
|   | 25.847     | 1.473      |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023.....       | 20.007     | 22.218     |

a) **Processos cíveis:** O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$1.080,00 em 31 de dezembro de 2023 (R\$52.004 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. b) **Processos trabalhistas:** O valor provisionado corresponde principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2023, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$1.448 (R\$1.062 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. c) **Processos tributários:** Em 31 de dezembro de 2023, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$2.084 (R\$2.026 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

a) **Processos cíveis:** O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$1.080,00 em 31 de dezembro de 2023 (R\$52.004 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. b) **Processos trabalhistas:** O valor provisionado corresponde principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2023, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$1.448 (R\$1.062 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. c) **Processos tributários:** Em 31 de dezembro de 2023, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$2.084 (R\$2.026 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

a) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculados nos termos da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R\$1.166.440 à título de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo: (i) R\$2.6

... continuação

## CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS - CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55 - NIRE 35.300.368.657

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidadoras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e reparamos com os demais responsáveis éticos do Contador e suas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Assuntos e PAA

| Assunto  | Porque é um PAA?  | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria  |
|--|---|--|
| Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 22)                       | As assunções feitas para a determinação da receita de arrecadação de pedágio são consideradas relevantes, pois podem impactar o valor da receita gerada e, portanto, o resultado abrangente da Companhia. | Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para o reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. |
| Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Nota 3(b) e 11) | As estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo intangível são consideradas relevantes, pois podem impactar o resultado abrangente da Companhia.                                   | Entre outros procedimentos, efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como os registros fiscais da Companhia.   |

| Assunto                          | Porque é um PAA? | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria |
|----------------------------------|------------------|---|
| Outros assuntos                  |                  |   |
| Demonstração do Valor Adicionado |                  |   |

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Avaliamos a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Os assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/0-5

Marcelo Orlando

Contador CRC 1SP217518/O-7

